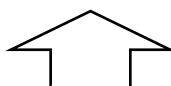




GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROVA DE CONHECIMENTO INTELECTO-PROFISSIONAL (PCIP) PARA O CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS (CHS 2023)



❖ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique** se:

- contém **100 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **1** a **100**;
- a paginação está correta;
- caso contrário, solicite ao Fiscal da sala outro Caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



TIPO B

NÃO ESQUEÇA DE MARCAR O
TIPOCORRESPONDENTE À SUA
PROVA NA FOLHA DE
RESPOSTAS!

INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **05 (cinco) horas** corridas. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- ❖ Ao receber o **FOLHA DE RESPOSTAS** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ Ainda na **FOLHA DE RESPOSTAS**, deverá ser indicado o tipo de Caderno de Questões, sob pena de ser eliminado.
- ❖ A **FOLHA DE RESPOSTAS** não pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **FOLHA DE RESPOSTAS** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o Caderno de Questões.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova, poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo Fiscal de sala e levar esse consigo.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas, bem como acompanhar conjuntamente com os fiscais de sala o fechamento e lacração do envelope de retorno das folhas de respostas e assinar um termo comprovando o ato.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao Fiscal, o Caderno de Questões e a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Fiscal, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ❖ Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato **NÃO PODERÁ UTILIZAR O BANHEIRO**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto referente às questões de 1 a 5.

NÃO DESISTA NUNCA

Martha Medeiros

Se você não acreditar naquilo que você é capaz de fazer; quem vai acreditar?

Dizer que existe uma idade certa, tempo certo, local certo, não existe.

Somente quando você estiver convicto daquilo que deseja e essa convicção fizer parte integrante do processo.

Mas quando ocorre este momento? Imagine uma ponte sobre um rio.

Você está em uma margem e seu objetivo está na outra.

Você pensa, raciocina, acredita que a sua realização está lá.

Você atravessa a ponte, abraça o objetivo e não olha para trás.

Estoura a sua ponte.

Pode ser que tenha até dificuldades, mas, se você realmente acredita que pode realizá-lo, não perca tempo: vá e faça.

Agora, se você simplesmente não quer ficar nesta margem e não tem um objetivo definido, no momento do estouro, você estará exatamente no meio da ponte.

Já viu alguém no meio de uma ponte na hora da explosão... eu também não.

Realmente não é simples.

Quando você visualizar o seu objetivo e criar a coragem suficiente em realizá-lo, tenha em mente que, para a sua concretização, alguns detalhes deverão estar bem claros na cabeça, ou seja, facilidades e dificuldades aparecerão, mas, se realmente acredita que pode fazer, os incômodos desaparecerão.

É só não se desesperar.

Seja, no mínimo, um pouco paciente.

Pois é, as diferenças básicas entre os três momentos são:

ESTOURAR A PONTE ANTES DE ATRAVESSÁ-LA

Você começou a sonhar... sonhar... sonhar! De repente, sentiu-se estimulado a querer ou gozar de algo melhor.

Entretanto, dentro de sua avaliação, começa a perceber que fatores que fogem ao seu controle não permitem que suas habilidades e competências o realize.

Pergunto, vale a pena insistir?

Para ficar mais tangível, imaginemos que uma pessoa sonhe viver ou visitar a lua, mas as perspectivas do agora não o permitem, adianta ficar sonhando ou traçando este objetivo?

Para que você não fique no mundo da lua, meio maluquinho, estoure a sua ponte antes de atravessá-la, rompa com este objetivo e parta para outros sonhos!

ESTOURAR A PONTE NO MOMENTO DE ATRAVESSÁ-LA

Acredito que tenha ficado claro, mas cabe o reforço.

O fato de você desejar não ficar numa situação desagradável é válido, entretanto você não saber o que é mais agradável, já não o é! Ou seja, a falta de perspectiva nem explorada em pensamento não leva a lugar algum. Você tem a obrigação consciencional de criar alternativas melhores.

Nos dias de hoje, não podemos nos dar ao luxo de sair sem destino.

O nosso futuro não é responsabilidade de outrem, nós é que construímos o nosso futuro. Sem desculpas, pode começar...

No início comentei sobre as pessoas que realizaram o sucesso e outras que não tiveram a mesma sorte.

Em primeiro lugar, acredito que temos de definir o que é sucesso.

Sou pelas coisas simples, sucesso é gostar do que faz e fazer o que gosta.

Tentamos nos moldar em uma cultura de determinados valores, em que o sucesso é medido pela posse de coisas, mas é muito mesquinho você ter e não desfrutar daquilo que realmente deseja.

As pessoas que realizaram a oportunidade de estourar as suas pontes de modo adequado e consistente não só imaginaram, mas também atravessaram e encontraram os objetivos do outro lado.

Os objetivos a serem perseguidos foram construídos dentro de uma visão clara do que se queria alcançar, em tempo suficiente, de modo adequado, através de fatores pessoais ou impessoais, facilitadores ou não, enfim o grau de comprometimento utilizado para a sua concretização.

A visão sem ação não passa de um sonho.

A ação sem visão é só um passatempo.

A visão com ação pode mudar o mundo.

Disponível em: <https://www.refletirpararefletir.com.br/4-cronicas-de-martha-medeiros>. Acesso em: 31 jan. 2023.

1. “Para que você não **fique** no mundo da lua, meio maluquinho, **estoure** a sua ponte antes de atravessá-la, **rompa** com este objetivo e **parta** para outros sonhos!” Ao observar o uso dos verbos grifados no período, pode-se afirmar que estão no

- A) pretérito do subjuntivo, pois estão indicando ações passadas que estavam condicionadas a outras ações.
- B) presente do indicativo, pois indicam ações praticadas no exato momento da fala.
- C) modo imperativo, pois estão sendo usados para expressar ações em tom injuntivo.
- D) presente do subjuntivo, pois estão indicando a possibilidade de uma ação acontecer.
- E) modo imperativo, pois resgatam ações futuras que foram frustradas, antes de acontecerem.

2. A escritora Martha Medeiros trabalha em seu texto com uma expressão figurada que ela chama de “estourar a ponte”. Com base no que ela explicou, a forma como cada pessoa “estoura as suas pontes” está relacionada com as nossas ações.

Faça a relação entre as ideias a seguir, em seguida, aponte a alternativa correta.

- (I) ESTOURAR A PONTE ANTES DE ATRAVESSÁ-LA
- (II) ESTOURAR A PONTE NO MOMENTO DE ATRAVESSÁ-LA
- (III) ESTOURAR A PONTE DEPOIS DE ATRAVESSÁ-LA.
- () Atingiu plenamente o objetivo pretendido, de forma consciente.
- () Perdeu-se nos pensamentos, sem tomar decisões e sem ter atitudes.
- () Desistiu de um objetivo frustrado enquanto é tempo.

- A) III – II – I
- B) I – III – II
- C) II – I – III
- D) I – II – III
- E) III – I – III

3. Diante do período “*Acredito que tenha ficado claro, mas cabe o reforço*”, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por três orações.
- II. O período é composto por duas orações.
- III. Temos uma oração subordinada adjetiva explicativa nesse período.
- IV. Temos uma oração coordenada sindética adversativa nesse período.
- V. A 2ª oração do período é do tipo subordinada substantiva objetiva direta.

Após análise, pode-se afirmar que somente a(as) afirmativa(s)

- A) II, III e IV estão corretas.
- B) IV está correta.
- C) II e V estão corretas.
- D) I, II e V estão corretas.
- E) I, IV e V estão corretas.

4. A partícula SE pode desempenhar diferentes funções gramaticais nas orações. Sabendo disso, aponte a alternativa que apresenta a classificação correta, conforme a função desempenhada nas orações a seguir.

- I. “*De repente, sentiu-se estimulado a querer ou gozar de algo melhor*”.
- II. “*Pode ser que tenha até dificuldades, mas, se você realmente acredita que pode realizá-lo...*”.

- A) I. Pronome demonstrativo / II. Conjunção subordinativa condicional.
- B) I. Pronome recíproco / II. Conjunção integrante.
- C) I. Partícula integrante do verbo / II. Conjunção integrante.
- D) I. Índice de indeterminação do sujeito / II. Pronome oblíquo.
- E) I. Pronome reflexivo / II. Conjunção subordinativa condicional.

5. “*Pode ser que tenha até dificuldades, mas, se você realmente acredita que pode realizá-lo, não perca tempo: vá e faça*”. Sobre a acentuação das três palavras grifadas no período, é correto afirmar que

- A) “vá” é acentuado por ser um monossílabo átono terminado em A.
- B) “até” e “realizá-lo” são acentuadas por serem palavras oxítonas terminadas nas vogais A/E.
- C) “vá” e “até” são acentuadas por serem monossílabas tônicas terminadas em vogal.
- D) todas são acentuadas por serem palavras oxítonas terminadas nas vogais A/E.
- E) “realizá-lo” recebe acento por ser paroxítona terminada em pronome oblíquo.

6. Sobre o uso da crase e a regência verbal nas orações a seguir:

- I. Cláudia cheirava à flor de laranjeira.
- II. Cláudia cheirava a flor de laranjeira.

Pode-se afirmar corretamente que

- A) o termo “a” da segunda frase deveria conter o acento indicativo da crase.
- B) em II, o verbo “cheirar” é transitivo indireto e seu complemento deveria estar acompanhado da crase.
- C) o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.
- D) em I, o verbo “cheirar” apresenta um complemento verbal classificado como objeto direto.
- E) a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira.

Texto referente às questões 7 a 10.



Disponível em: <http://www.juniao.com.br/chargecartum/>

7. A expressão “em dolorosas prestações” está exercendo na oração, função de sintática de

- A) adjunto adverbial de modo.
- B) objeto direto.
- C) objeto indireto.
- D) adjunto adnominal.
- E) complemento nominal.

8. O conteúdo principal da charge aborda um assunto bastante presente na sociedade brasileira que caracteriza

- A) a falsa teoria de meritocracia em país altamente violento e desigual.
- B) as expectativas do fim do mundo.
- C) o alto índice de violência no Espírito Santo.
- D) os abusivos juros e prestações cobradas pelo comércio.
- E) a violência que atinge principalmente as pessoas negras.

9. Assinale a alternativa cuja conversão da frase “No Espírito Santo, 147 pessoas morreram em decorrência da violência” para a voz passiva analítica está correta, fazendo a devida correlação entre os tempos verbais.

- A) “No Espírito Santo, 147 pessoas estão mortas em decorrência da violência”
- B) “No Espírito Santo, 147 pessoas mataram-se em decorrência da violência”.
- C) “No Espírito Santo, 147 pessoas são mortas em decorrência da violência”
- D) “No Espírito Santo, 147 pessoas serão mortas em decorrência da violência”
- E) “No Espírito Santo, 147 pessoas foram mortas em decorrência da violência”

10. Em “Não disseram **que** o mundo ia acabar”, a partícula “que” exerce função gramatical de

- A) pronome interrogativo.
- B) pronome relativo.
- C) conjunção integrante.
- D) conjunção explicativa.
- E) conjunção consecutiva.

Texto referente às questões 11 a 16.**15 anos da Lei Maria da Penha**

‘Acordei sendo espancada, fui queimada viva e jogada da janela do 3º andar’

Por: Mainary Nascimento

“Lá em 2013 eu não tive nenhum tipo de suporte”, diz Barbara Penna, sobrevivente de um dos milhares de casos de violência contra a mulher que se repetem todos os anos no Brasil. Em uma manhã daquele ano, Barbara acordou sendo espancada. Foi queimada viva e jogada pela janela do terceiro andar, ainda em chamas.

Por pouco, Barbara não entrou para a estatística de feminicídios — um a cada 6 horas e meia, segundo dados de 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Seus filhos não tiveram a mesma sorte. As crianças foram intoxicadas pela fumaça do incêndio causado pelo agressor. O mesmo aconteceu com um vizinho idoso, que tentou socorrê-los, todavia acabou falecendo.

“Hoje, após oito anos da tragédia, nada mudou. E me atrevo a dizer que piorou”, lamenta ela. Neste sábado 7, a Lei Maria da Penha completa 15 anos. E o contexto não deixa dúvidas sobre a urgência de sua revisão.

De vítima a ativista, Barbara lidera uma luta pela reformulação da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, batizada como “Lei Maria da Penha”. Parte da mobilização acontece por meio de um abaixo-assinado iniciado há dois anos na plataforma Change.org. Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) que clamam pela garantia dos direitos das mulheres e por um basta ao feminicídio a partir de alterações e adequações na lei, considerada importante, mas insuficiente para salvar vidas.

“Não há de se negar que avanços tivemos, porém, negativamente, ela [a lei] vem se tornando cada vez mais negligenciada por 90% dos agentes públicos e também por uma grande parcela da sociedade”, aponta. A lei, crê Barbara, se tornou obsoleta por não acompanhar os números alarmantes de agressões e feminicídio que acontecem em todos os cantos do País.

Segundo a ONU, o Brasil ocupa o 5º lugar, entre 84 países, no ranking dos que mais matam mulheres em decorrência da violência doméstica. Conforme mostra o 15º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1.350 mulheres brasileiras foram assassinadas pelo fato de serem mulheres em 2020. Já em relação às agressões registradas como lesão corporal dolosa, o ano passado contabilizou 230.160 registros. (...)

Disponível em: https://changebrasil.org/2021/08/09/15-anos-da-lei-maria-da-penha/?gclid=CjwKCAiAleOeBhBdEiwAfgmXf54HjAy0e0VnmclMJ9Vf-xuaHEqPmRQgVSuArAOub2Dc-ODJjRY8KhoCYCYQAvD_BwE

11. O texto divulgado no portal *changebrasil.org*, que busca assinaturas em um abaixo-assinado, defende como ideia principal que

- A)** as alterações na Lei 11.340 devem ocorrer somente depois de estudos e pesquisas que provem a sua ineficácia em relação à diminuição da violência.
- B)** a lei Maria da Penha precisa ser reformulada para atuar mais firmemente em relação aos casos de violência contra a mulher.
- C)** os índices de violência contra a mulher diminuíram depois da criação da Lei Maria da Penha, em 2006.
- D)** as mulheres recebem total apoio e amparo da justiça e do sistema de proteção às vítimas de violência doméstica.
- E)** outra lei deve ser criada para dar conta do aumento dos casos de violência doméstica que afetam muitas mulheres no Brasil.

12. Ao analisar a função gramatical do termo “A” nas orações a seguir, aponte a alternativa que apresenta a classificação correta.

- I. “De vítima **a** ativista, Barbara lidera uma luta pela reformulação...”
- II. “Neste sábado 7, **a** Lei Maria da Penha completa 15 anos”.
- III. “...milhares de casos de violência contra **a** mulher que se repetem todos os anos no Brasil”.

- A) Em I, II e III, exercem função de artigo definido.
- B) Em I, exerce função de pronome oblíquo.
- C) Em II, exerce função de preposição.
- D) Em III, exerce função de artigo definido.
- E) Em I e II, exercem função de preposição.

13. Em “O mesmo aconteceu com um vizinho idoso, que tentou socorrê-los, **todavia** acabou falecendo”, o termo destacado pode ser classificado gramaticalmente como

- A) conjunção coordenativa adversativa com sentido de oposição.
- B) pronome relativo.
- C) advérbio de negação.
- D) conjunção concessiva com sentido de oposição.
- E) conjunção coordenativa com sentido de explicação.

14. A partícula “que”, na função de pronome relativo, pode desempenhar diferentes funções sintáticas nas orações, dependendo da posição em que esteja em relação a outros elementos sintáticos. Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que** clamam pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função sintática de

- A) complemento nominal do termo anterior.
- B) sujeito da segunda oração.
- C) objeto direto da primeira oração.
- D) sujeito da primeira oração.
- E) objeto indireto da segunda oração.

15. O período composto “Conforme mostra o 15º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1.350 mulheres brasileiras foram assassinadas pelo fato de serem mulheres em 2020”, é formado exatamente por

- A) oração subordinada adjetiva restritiva e oração principal.
- B) oração coordenada assindética e oração coordenada sintética conclusiva.
- C) oração principal e oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) oração subordinada adverbial consecutiva e oração principal.
- E) oração subordinada adverbial conformativa e oração principal.

16. Sobre a colocação do pronome oblíquo nas orações abaixo, é correto afirmar:

- I. “... sobrevivente de um dos milhares de casos de violência contra a mulher que **se** repetem todos os anos no Brasil”.
- II. “... um vizinho idoso, que tentou socorrê-**los**, todavia acabou falecendo”.

- A) Em I, ocorre mesóclise, porque o pronome SE está entre uma conjunção e um verbo.
- B) Em II, ocorre próclise, pela atração do pronome relativo.
- C) Em I, ocorre próclise, devido à presença de uma palavra negativa.
- D) Em II, ocorre ênclise, pelo fato de o verbo socorrer estar no infinitivo.
- E) Em I, ocorre ênclise, porque o pronome se vem depois do pronome “que”.

Texto referente às questões 17 a 20.



Disponível em: <https://www.facebook.com/cnj.oficial/photos/respeito-no-tr%C3%A2nsito-%C3%A9-bom-e-todo-mundo-gosta-fa%C3%A7a-a-sua-parte-/793423004063795>

17. Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados em que pessoa, tempo e modo verbal

- A) 2ª pessoa do singular, do negativo do modo imperativo.
- B) 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo.
- C) 2ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo.
- D) 1ª pessoa do singular, do presente do modo subjuntivo.
- E) 3ª pessoa do singular, do presente do modo indicativo.

18. O cartaz publicitário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) tem o objetivo principal de

- A) promover a reflexão sobre a atitude de beber e dirigir para não provocar acidentes.
- B) informar canais de denúncia para a violência do trânsito.
- C) incentivar um comportamento respeitoso e tolerante no trânsito.
- D) alertar a população sobre as possíveis punições aos infratores do trânsito.
- E) divulgar dados estatísticos que envolvem os acidentes e a violência no trânsito.

19. No período “Dê passagem, não trafegue pelo acostamento, respeite as leis de trânsito e...”, as vírgulas foram empregadas corretamente, pois estão

- A) separando orações coordenadas assindéticas.
- B) intercalando o adjunto adverbial deslocado.
- C) separando o aposto do elemento a que se refere.
- D) intercalando oração subordinada adjetiva explicativa.
- E) separando elementos que exercem a mesma função sintática no período.

20. Analisando a função sintática dos termos que compõem as orações presente no cartaz publicitário, nas afirmativas a seguir:

- I. Em “Dê passagem”, o termo “passagem” exerce função sintática de adjunto adnominal.
- II. Em “Respeite as leis de trânsito”, o termo “leis” exerce função sintática de objeto direto.
- III. Em “Não dê ouvidos a provocações”, o termo “provocações” exerce função sintática de complemento nominal.
- IV. Em “uma via de mão dupla”, temos dois objetos: um direto e um indireto.
- V. Os termos “não” e “no trânsito” exercem função de adjunto adverbial.

Pode-se considerar corretas as afirmativas

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) II, III e V, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

CONHECIMENTO TÉCNICO-POLICIAL

21. O Decreto-Lei nº 88.777/1983, de 30.09.1983 (e suas alterações), apresenta uma série de conceitos acerca do policiamento ostensivo e da ordem pública. Nessa esteira, marque a alternativa correta quanto ao conceito de “policiamento ostensivo”.

- A)** Conjunto de atividades, metodicamente desenvolvidas, para esquematizar a solução de um problema, comportando a seleção da melhor alternativa e o ordenamento contentemente avaliado e reajustado, do emprego dos meios disponíveis para atingir os objetivos estabelecidos.
- B)** Exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.
- C)** Capacidade de uma organização policial-militar para cumprir as missões a que se destina.
- D)** Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.
- E)** Ato ou efeito de uma corporação policial-militar ficar, na totalidade ou em parte, diretamente sob o comando operacional dos Comandantes dos Exércitos ou Comandantes Militares de Área com jurisdição na área dos Estados, Territórios e Distrito Federal e com responsabilidade de Defesa Interna ou de Defesa Territorial.

22. Nos termos do Decreto-Lei nº 88.777, de 30.09.1983 (e suas alterações), a atividade operacional policial-militar obedecerá a planejamento que vise, principalmente, à manutenção da ordem pública nas respectivas Unidades Federativas. Assim sendo, e nos termos do decreto-lei citado, marque a alternativa correta quanto ao conceito de “ordem pública”.

- A)** Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.
- B)** Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.
- C)** Exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.
- D)** Ato ou efeito de harmonizar as atividades e conjugar os esforços das Polícias Militares para a consecução de suas finalidades comuns estabelecidas pela legislação, bem como de conciliar as atividades das mesmas com as do Exército, com vistas ao desempenho de suas missões.
- E)** Ato ou efeito de acompanhar a execução das atividades das Polícias Militares, por forma a não permitir desvios dos propósitos que lhe forem estabelecidos pela União, na legislação pertinente.

23. A composição do Sargento PM Maximus entrou em confronto com assaltantes de banco, resultando lesões de uns e morte de outros desses assaltantes. Considerando a situação hipotética citada, o órgão de segurança pública deverá realizar uma série de ações, conforme Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Assim sendo, marque a alternativa em que todas as ações citadas correspondem ao estabelecido na Diretrizes ora citada.

- A)** Iniciar, por meio da Corregedoria da instituição, ou órgão equivalente, investigação imediata dos fatos e circunstâncias do emprego da força. As armas de menor potencial ofensivo deverão ser separadas e identificadas de forma diferenciada, conforme a necessidade operacional.
- B)** Facilitar a assistência e/ou auxílio médico dos feridos. Recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos, vinculando-as aos seus respectivos portadores no momento da ocorrência. Conceder férias aos militares envolvidos.
- C)** Solicitar perícia criminalística para o exame de local e objetos bem como exames médico-legais. Comunicar os fatos aos familiares ou amigos da(s) pessoa(s) ferida(s) ou morta(s). Afastar os militares do serviço concedendo-lhes licença para tratar da saúde.
- D)** Promover a assistência médica às pessoas feridas em decorrência da intervenção, incluindo atenção às possíveis sequelas. Promover o devido acompanhamento psicológico aos agentes de segurança pública envolvidos, permitindo-lhes superar ou minimizar os efeitos decorrentes do fato ocorrido;
- E)** Solicitar perícia criminalística para o exame de local e objetos bem como exames médico-legais. Afastar permanentemente do serviço operacional, para avaliação psicológica e redução do estresse, os agentes de segurança pública envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal.

24. O Sargento Maximus Aurelius se encontrava realizando uma *blitz* na Av. Carneiro de Mendonça (Fortaleza/CE), via de pouco trânsito de veículos e de pedestres. Em determinado momento, um veículo ocupado por três pessoas, de forma sorrateira desrespeitou o bloqueio, aproveitando-se que os policiais estavam ocupados abordando outro veículo. O graduado e sua composição efetuaram uma série de disparos de arma de fogo em direção ao veículo que desrespeitou o bloqueio, mas em vão, pois seguiu em frente. Dada a situação hipotética acima e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, marque a alternativa correta.

- A)** Os militares não agiram nos termos da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, pois não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.
- B)** Os militares agiram de forma legítima, pois seguiram os princípios da legalidade e da proporcionalidade, pois correram risco de morte.
- C)** Os militares agiram de forma legítima, pois seguiram os princípios da legalidade e da moderação, pois que o ato representou um risco imediato de lesão grave aos agentes de segurança pública.
- D)** Os militares agiram nos termos da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, pois naquela ocasião, o risco de morte ou de lesão aos agentes de segurança era imediato.
- E)** Os militares agiram nos termos da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, pois é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, ainda que que o ato não represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

25. O Sargento Peixoto, em serviço de policiamento de radiopatrulha, teve de entrar em confronto com terceiros, resultando em lesões nessas pessoas, ocasionadas em decorrência dos disparos de arma de fogo efetuadas por sua composição. Nessa situação hipotética, cabe o preenchimento de um relatório individual que deverá conter algumas informações mínimas. Dessa forma, marque a alternativa em que todas as informações citadas correspondem às informações que devem constar no referido relatório, tomando por base os termos das Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, baixadas pela Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010.

- A)** Ações realizadas para facilitar a assistência e/ou auxílio médico, quando for o caso. Comunicar os fatos aos familiares ou amigos da(s) pessoa(s) ferida(s) ou morta(s).
- B)** Circunstâncias e justificativa que levaram o uso da força ou de arma de fogo por parte do agente de segurança pública. Recolher e identificar as armas e munições de todos os envolvidos.
- C)** Tipo de arma e de munição. Quantidade de disparos efetuados. Distância e pessoa contra a qual foi disparada a arma. Quantidade de agentes de segurança pública feridos ou mortos na ocorrência. Meio e natureza da lesão.
- D)** Quantidade de feridos e/ou mortos atingidos pelos disparos efetuados pelo(s) agente(s) de segurança pública. Solicitar perícia criminalística para o exame de local e objetos.
- E)** Número total de feridos e/ou mortos durante a missão. Promover a assistência médica às pessoas feridas em decorrência da intervenção.

26. O Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL), adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua resolução 34/169 de 17 de dezembro de 1979, pertence à categoria dos instrumentos que proporcionam normas orientadoras aos governos sobre questões relacionadas com Direitos Humanos e justiça criminal. O referido código apresenta vários artigos. Assim sendo, marque a alternativa correta.

- A)** O termo encarregados da aplicação da lei é definido de maneira a incluir todos os agentes da lei, quer nomeados, quer eleitos, que exerçam poderes policiais, especialmente poderes de prisão ou detenção.
- B)** A atribuição delegada aos encarregados da aplicação da lei de, no cumprimento do dever, respeitar e proteger a dignidade humana, e ainda manter e defender os Direitos Humanos de todas as pessoas, não consiste em norma do CCEAL.
- C)** Os encarregados da aplicação da lei não têm o dever de cuidar e proteger a saúde das pessoas privadas de sua liberdade.
- D)** Os assuntos de natureza confidencial em poder dos encarregados da aplicação da lei devem ser mantidos confidenciais, ainda que o cumprimento do dever ou a necessidade de justiça exijam estritamente o contrário.
- E)** O CCEAL não aborda questões referentes a ato de corrupção.

27. A Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, nas quais é preconizado que o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. Dito isso, marque a alternativa correta quanto ao conceito do “princípio da proporcionalidade”, conforme a Portaria citada anteriormente.

- A)** Os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.
- B)** A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.
- C)** O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.
- D)** O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve sempre que possível, além de proporcional, ser moderado, visando sempre reduzir o emprego da força.
- E)** Um determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.

28. “Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (P.B.U.F.A.F.) foram adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990. O instrumento tem como objetivo proporcionar normas orientadoras aos Estados-membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado dos encarregados da aplicação da lei” (BRASIL, SENASP, 2007, p.200).

Alinhado aos princípios tratados anteriormente, marque a alternativa correta.

- A)** Os P.B.U.F.A.F. se constituem em um tratado a ser seguido e obedecido pelos Estados-membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado dos encarregados da aplicação da lei.
- B)** O preâmbulo dos P.B.U.F.A.F. reconhecem a importância e a complexidade do trabalho dos encarregados da aplicação da lei, mas não o seu papel de vital importância na proteção da vida, liberdade e segurança de todas as pessoas.
- C)** Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (P.B.U.F.A.F.) devem ser levados em consideração e respeitados pelos governos, no contexto da legislação e da prática nacional, e levados ao conhecimento dos encarregados da aplicação da lei assim como de magistrados, promotores, advogados, membros do executivo e legislativo e do público em geral.
- D)** Os P.B.U.F.A.F. dão ênfase, em especial, à eminência do trabalho de manutenção de ordem pública e paz social; contudo, as qualificações, treinamento e conduta dos encarregados da aplicação da lei não são objeto de suas orientações.
- E)** Os governos e organismos encarregados da aplicação da lei devem assegurar-se de que todos os seus encarregados recebam autorização para portar uma arma de fogo, tão logo ingressem na corporação, ainda que, somente depois, sejam treinados para tal.

29. “A questão da ética profissional na aplicação da lei tem recebido alguma consideração nos instrumentos internacionais de Direitos Humanos e Justiça Criminal, de maneira mais destacada no Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei (CCEAL), adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nesses termos, marque a alternativa alinhada às diretrizes do CCEAL.

(Disponível em: Curso Nacional de Promotor de Polícia

Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP

nº 002/2007 - Brasília: Secretaria Nacional de Segurança

Pública – SENASP, 2007, p. 193)

- A)** O CCEAL é um tratado, pois pertence à categoria dos instrumentos que proporcionam normas orientadoras aos governos sobre questões relacionadas com Direitos Humanos e justiça criminal.
- B)** O CCEAL estipula que a natureza das funções dos encarregados da aplicação da lei na defesa da ordem pública, e a maneira pela qual essas funções são exercidas, possui um impacto direto na qualidade de vida dos indivíduos assim como da sociedade como um todo.
- C)** O CCEAL ressalta a importância das tarefas desempenhadas pelos encarregados da aplicação da lei, mas não destaca o potencial para o abuso que o cumprimento desses deveres acarreta.
- D)** O CCEAL consiste em dezoito artigos. Não é um tratado, mas pertence à categoria dos instrumentos que proporcionam normas orientadoras aos governos sobre questões relacionadas com Direitos Humanos e justiça criminal.
- E)** Os padrões de conduta adotados pelo CCEAL possuem valor prático ainda que seu conteúdo e significado, por meio de educação, treinamento e acompanhamento, passem a não fazer parte da crença de cada indivíduo encarregado da aplicação da lei.

30. Para uma implantação do sistema de Policiamento Comunitário é necessário que todos na instituição conheçam os seus princípios, praticando-os permanentemente e com total honestidade de propósitos (SENASP, 2007, p. 46). Face ao exposto, seguem-se, abaixo, a definição/conceito de alguns desses princípios, contudo apenas uma assertiva está correta. Assim sendo, identifique e marque a alternativa correta.

- A)** Construção do Futuro: o Policiamento Comunitário exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a reciclagem de seus cursos e respectivos currículos, bem como de todos os seus quadros de pessoal. É uma mudança que se projeta para 10 ou 15 anos.
- B)** Policiamento Descentralizado e Personalizado: a ideia é que o policial não seja acionado pelo rádio, mas que se antecipe à ocorrência. Com isso, o número de chamadas do COPOM deve diminuir.
- C)** Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança: é necessário um policial plenamente envolvido com a comunidade, conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades.
- D)** Criatividade e apoio básico: valorizar as vidas de pessoas mais vulneráveis (jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto etc.). Isso deve ser um compromisso inalienável do Policial Comunitário.
- E)** Filosofia e Estratégia Organizacional: a base desta filosofia é a comunidade. Para direcionar seus esforços, a Polícia, ao invés de buscar ideias pré-concebidas, deve buscar, junto às comunidades, os anseios e as preocupações das mesmas, a fim de traduzi-los em procedimentos de segurança.

31. “A primeira ideia que se tem a respeito do tema Polícia Comunitária é que ela, por si só, é particularizada, pertinente a uma ou outra organização policial que a adota, dentro de critérios peculiares de mera aproximação com a sociedade sem, contudo, obedecer a critérios técnicos e científicos que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população” (SENASP, 2007, p.36). Acerca da bibliografia apresentada anteriormente, marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

- A)** A Polícia Comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista.
- B)** Polícia Comunitária é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública.
- C)** Polícia Comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia.
- D)** Polícia Comunitária é uma filosofia organizacional assentada na ideia de uma Polícia prestadora de serviços, agindo para o bem comum para, junto da comunidade, criarem uma sociedade pacífica e ordeira.
- E)** Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade.

32. “Cada policial passa a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativa, dentro de parâmetros rígidos de responsabilidade. O propósito, para que o Policial Comunitário possua o poder, é perguntar-se: Isto está correto para a comunidade? - Isto está correto para a segurança da minha região? - Isto é ético e legal? - Isto é algo que estou disposto a me responsabilizar? - Isto é condizente com os valores da Corporação?” (SENASP, 2007, p. 46-47). O texto se refere ao princípio da polícia comunitária denominado como

- A)** extensão do mandato policial.
- B)** ética, legalidade, responsabilidade e confiança.
- C)** comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade.
- D)** criatividade e apoio básico.
- E)** resolução preventiva de problemas a curto e a longo prazo.

33. “Deve-se oferecer à comunidade um serviço policial descentralizado e personalizado, com endereço certo. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso a ser utilizado para ajudá-las a resolver problemas atuais de sua comunidade”. (SENASP, 2007, p. 47). O texto se refere ao princípio da polícia comunitária denominado

- A)** extensão do mandato policial.
- B)** criatividade e apoio básico.
- C)** policiamento descentralizado e personalizado.
- D)** Construção do Futuro.
- E)** filosofia e estratégia organizacional.

34. Nas alternativas abaixo, temos características do policiamento tradicional e da polícia comunitária, vez que, conforme a SENASP (2007), há diferenças entre elas. Face ao exposto, marque a alternativa correta acerca da característica da polícia tradicional.

- A)** O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade.
- B)** A eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem.
- C)** O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta.
- D)** A prioridade são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade.
- E)** O que determina a eficácia da polícia é o apoio e a cooperação do público.

35. A SENASP (2007), através do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF, apresenta uma comparação entre a polícia que não utiliza a filosofia de Polícia Comunitária (Polícia Tradicional) e a que utiliza (Polícia Comunitária), trazendo para esta, as seguintes características

- A)** As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular.
- B)** A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei.
- C)** As patrulhas são distribuídas conforme o pico das ocorrências.
- D)** O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo, visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção.
- E)** A função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.

36. A obra de David H. Bayley, “Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa”, aborda a questão da polícia na sociedade contemporânea, estuda o processo de formação das polícias e seus modos de operação, discutindo ainda a evolução, o trabalho policial, o controle da polícia e seus vínculos com a vida política. Assim sendo, analise as proposições abaixo, acerca das ideias do referido autor sobre o trabalho policial, sua natureza, atribuições, situações e resultados, marque a alternativa correta.

- A)** A única característica exclusiva da polícia é que ela está autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades.
- B)** O trabalho que a polícia executa, em termos de atividades cotidianas, não varia enormemente ao redor do mundo, pois as leis estabelecendo o policiamento são notavelmente semelhantes.
- C)** O entendimento sobre o que a polícia faz, consiste em verificar as definições, leis e responsabilidades percebidas.
- D)** As informações sobre o trabalho policial, afora uns poucos estudos históricos, vêm do mundo oriental contemporâneo, sobretudo do Japão.
- E)** A definição sobre o que a polícia faz é uma questão simples face ao acesso permanente a ela e por motivos intelectuais.

37. “A informação sobre a proporção de pessoal designado para diferentes especializações organizacionais nas forças policiais ao redor do mundo, demonstra, de forma consistente, que o trabalho de patrulhamento é de longe a atribuição mais importante” (BAYLEY, 2001, p. 123). O texto se refere ao trabalho policial e suas atribuições. Nessa linha, marque a alternativa correta em relação ao tema, tendo por base as ideias do autor em questão.

- A)** A investigação proativa ocorre quando a iniciativa vem do público. Investigação reativa descreve um contato no qual a iniciativa é tomada pela polícia.
- B)** Em razão de a polícia ser uma das instituições governamentais mais disseminadas, a conveniência provoca que lhe atribuam tarefas administrativas genéricas. Em toda parte, os oficiais de polícia reclamam, argumentando que isso os distrai de suas responsabilidades de manter a lei e a ordem.
- C)** As forças policiais da Europa, América do Norte e Comunidade Britânica parecem passado, no último século, por uma ação gradual para desinvesti-las das funções administrativas auxiliares. Isso pode ser afirmado de modo conclusivo.
- D)** A Europa Continental, apresenta o policiamento que, originalmente, coincidia com a administração civil. Polícia denotava uma parcela das funções do governo que não eram eclesiásticas.
- E)** Uma tendência razoavelmente clara rumo a especialização na aplicação das leis criminais podem ser vistas em todo o mundo, inclusive nos países que seguem o direito romano que não atribuem à polícia um grande número de tarefas administrativas auxiliares.

38. David H. Bayley, em sua obra *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*, ao tratar das atribuições da polícia explica que “a distinção entre atribuições direcionadas para o Estado e direcionadas para o público amplia o conceito de instigação proativa e reação para aplicá-lo à organização policial como um todo”. Face ao exposto, marque a alternativa correta.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001. Páginas 117-118

- A)** Atribuições reativas consistem em proteger VIPs, guardar edifícios públicos e controlar multidões.
- B)** Instigação reativa ocorre quando a iniciativa vem da polícia.
- C)** Investigação proativa ocorre quando a iniciativa vem da polícia.
- D)** Investigação reativa descreve um contato, no qual a iniciativa é tomada pela polícia.
- E)** Instigação proativa descreve um contato, no qual a iniciativa é tomada pela polícia.

39. Na obra de Bayley (2001), temos um capítulo dedicado ao Trabalho Policial, dentro do qual aborda a questão da natureza desse trabalho. Partindo dessa assertiva, marque a afirmativa certa acerca das ideias do referido autor sobre assunto abordado.

- A)** O trabalho policial não pode ser descrito em termos de situações com as quais a polícia se envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas.
- B)** A atividade policial pode ser usada em quatro maneiras bem distintas, cada uma cada uma a partir de diferentes fontes de informação.
- C)** O trabalho da polícia pode se referir, primeiro, ao que a polícia não é designada para fazer.
- D)** As atribuições consistem na descrição organizacional do que os policiais estão fazendo, patrulhando, investigando, controlando o tráfego, aconselhando e administrando.
- E)** Os padrões de staff normalmente são arquivados, assim dificilmente podemos determinar a proporção de pessoal designada para diferentes atividades.

40. “A informação sobre a natureza das situações que a polícia enfrenta vem de quatro fontes: observação dos oficiais de polícia trabalhando, relatórios de atividades por oficiais individuais, arquivos de atividades mantidos coletivamente pelas autoridades de polícia, e, relatórios de chamadas para assistência vindas do público”. Nessa concepção, marque a alternativa correta, conforme as ideias do autor citado.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 128.

- A)** Os relatórios de chamadas para assistência vindas do público (registros de chamadas públicas de assistência policial), mostra o que a polícia encontra de fato, sendo por isso, a melhor fonte de informação.
- B)** A melhor fonte de informação sobre a natureza das situações que a polícia enfrenta são os arquivos de atividades mantidos coletivamente pelas autoridades de polícia.
- C)** A observação dos oficiais de polícia trabalhando é considerada uma boa fonte, pois não é cara e nem precisa de pessoal treinado para acompanhar os oficiais-hora por horas de trabalho. Além disso é a mais direta.
- D)** Os registros de atividades e diários mantidos por oficiais individuais fornecem informação de primeira mão sobre as situações, mas eles não são mantidos uniformemente em todas as forças policiais.
- E)** Os arquivos de unidades, com certeza, são mais completos nos países ocidentais, onde chamadas por telefone e rádio são mais comuns, do que nos países menos desenvolvidos.

41. Segundo a SENASP (2007, p.46) “para uma implantação do sistema de Policiamento Comunitário é necessário que todos na instituição conheçam os seus princípios, apresentados corretamente dentre as afirmativas a seguir, praticando-os permanentemente e com total honestidade de propósitos”.

- A)** A confiança nas pessoas que estão na linha de frente da atuação policial, confiar no seu discernimento, sabedoria, experiência e sobretudo na formação que recebeu. Estamos falando do princípio da Mudança interna.
- B)** O Comprometimento da Organização com a concessão de poder à Comunidade explica que dentro da comunidade, os cidadãos devem participar, como plenos parceiros da polícia, dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, priorização e solução dos problemas.
- C)** A ideia de que o policial não seja acionado pelo rádio, mas que se antecipe à ocorrência. Com isso, o número de chamadas do COPOM deve diminuir está relacionado ao princípio da Criatividade e apoio básico.
- D)** A necessidade de um policial plenamente envolvido com a comunidade, conhecido pela mesma e conhecedor de suas realidades. Esse é o princípio da Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança.
- E)** A atuação de cada policial passando a atuar como um chefe de polícia local, com autonomia e liberdade para tomar iniciativa, dentro de parâmetros rígidos de responsabilidade. O texto se refere ao princípio da Resolução Preventiva de Problemas a curto e a longo prazo.

42. As Dentre as alternativas abaixo, após leitura de cada uma delas, marque a alternativa correta sobre o que se refere ao tema “Conduta Ética e Legal na Aplicação da Lei”, contido no Capítulo 5 da obra de Cees de Rover intitulada” Para servir e proteger: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para as Forças Policiais e de Segurança Pública”.

- A)** As Circunstâncias excepcionais ou ordens superiores podem ser utilizadas, pelos encarregados da aplicação da lei, como justificativa por comportamento ilegítimo.
- B)** A aplicação da lei é um serviço público, criado por legislação específica, com a finalidade de manter a ordem pública, aplicar as leis nacionais e prestar auxílio e assistência em emergências.
- C)** A ética profissional refere-se ao conjunto de crenças sobre certo e errado, bem ou mal, moral e deveres que se originam do indivíduo.
- D)** A ética pessoal refere-se ao conjunto de crenças sobre certo e errado, bom ou mal, moral e deveres que se originam de um grupo de indivíduos.
- E)** A ética de grupo refere-se aos padrões e regras que governam a conduta de todos os praticantes de uma profissão específica.

43. “As fontes de informação sobre os resultados são, com uma única exceção, as mesmas que para as situações” (BAYLEY, 2001, p. 141). Nessa linha de raciocínio, marque a alternativa correta, conforme o pensamento do dito autor e a obra Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa, referente ao trabalho policial e seus resultados.

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

- A)** Todas as fontes de informações usadas para estudo das “situações” são fontes para estudo dos “resultados”.
- B)** Relatórios de observadores não são fontes de informação sobre os resultados.
- C)** Diários de atividades dos oficiais não são fontes de informação sobre os resultados.
- D)** Sumário das unidades não são fontes de informação sobre os resultados.
- E)** Relato de situações por parte do público não é fonte de informação sobre os resultados.

44. Determine a afirmativa que se relaciona a, como “na prática, Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) difere do Policiamento Comunitário (ação de policiar junto à comunidade)” (SENASP, 2007, p. 39

- A)** Policiamento Comunitário é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública.
- B)** O Policiamento Comunitário deve ser interpretado como filosofia organizacional indistinta a todos os órgãos de Polícia.
- C)** A ideia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial.
- D)** Polícia Comunitária é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.
- E)** A proposta do Policiamento Comunitário oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum.

45. Robert Trojanowicz no livro “Policiamento Comunitário: Como Começar” procura mostrar as interpretações errôneas sobre o que não é Policiamento Comunitário. Esse tema foi transcrito para o livro Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária (SENASP, 2007). As alternativas abaixo, apresentam essas interpretações com as respectivas explicações ou conceitos, que podem estar certos ou errados. Assim sendo, marque a afirmativa certa na qual a interpretação, sobre o que não é polícia comunitária, está em consonância com a explicação da referida obra da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

- A)** Policiamento Comunitário não é uma perfumaria – os policiais comunitários não devem ser exceção dentro da organização policial, mas integrados e participantes de todos os processos desenvolvidos na unidade.
- B)** Policiamento Comunitário não é condescendente com o crime - as ações dramáticas narradas na mídia não podem fazer parte do dia a dia do policial comunitário, ele deve ser humilde e sincero nos seus propósitos.
- C)** Policiamento Comunitário não é paternalista – os policiais comunitários respondem às chamadas e fazem prisões como quaisquer outros policiais, são enérgicos e agem dentro da lei com os marginais e os agressores da sociedade.
- D)** Policiamento Comunitário não é apenas relações públicas – não privilegia os mais ricos ou os “mais amigos da polícia”, mas procura dar um senso de justiça e transparência à ação policial.
- E)** Policiamento Comunitário não é uma tática, nem um programa e nem uma técnica – não é um esforço limitado para ser tentado e depois abandonado, e sim um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade

LEGISLAÇÃO DA PMES

46. Acerca do tema hierarquia e disciplina estabelecidas para os policiais militares do Espírito Santo através do Estatuto (Lei Complementar nº 3.196/1978), marque a alternativa correta.

- A)** Os Alunos Oficiais PM são hierarquicamente inferiores aos Subtenentes PM.
- B)** Em igualdade de posto ou de graduação, os policiais militares da ativa têm precedência sobre os da inatividade.
- C)** Em igualdade de posto ou de graduação, não há precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados.
- D)** O policial militar da reserva remunerada ou reformado quando fizer uso do posto ou graduação, deverá fazê-lo mencionando essa situação, salvo quando não achar conveniente.
- E)** Não há precedência entre as praças especiais e as demais praças.

47. “A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico” (art. 11 da Lei Complementar nº 3196/1978 e suas alterações – Estatuto da PMES). Nessa esteira, marque a alternativa correta quanto a hierarquia e disciplina na PMES.

- A)** A Antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou inclusão, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data.
- B)** A hierarquia policial militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar. O respeito à hierarquia é consubstanciado na rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar.
- C)** A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em algumas circunstâncias da vida, entre policiais militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.
- D)** Os Aspirantes a Oficial PM e os Alunos Oficiais são denominados praças. O aspirante a Oficial PM frequenta o Círculo de Oficiais Subalternos.
- E)** A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.

48. O Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar nº 3.196/1978 e alterações posteriores), regula a situação, as obrigações, e os deveres, direitos e prerrogativas daqueles policiais militares. Acerca da situação de atividade e inatividade dos policiais militares tratados nessa lei, marque a alternativa correta.

- A)** Encontram-se na situação de inatividade os policiais militares da reserva remunerada e os reformados.
- B)** Encontram-se na situação de atividade (na ativa) os policiais militares de carreira, os componentes da reforma da Polícia Militar, quando convocados e os alunos de órgãos de formação de policiais militares da ativa.
- C)** Encontram-se na situação de atividade (na ativa) os policiais militares quando pertencem à reserva da Polícia Militar e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos ainda, à prestação de serviços na ativa, mediante convocação.
- D)** Encontram-se na situação de atividade (na ativa) os policiais militares reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores (ativa ou reserva remunerada), estão dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuam perceber a remuneração do Estado.
- E)** Encontram-se na situação de inatividade os policiais militares de carreira, os componentes da reserva remunerada da Polícia Militar, quando convocados, e os alunos de órgãos de formação de policiais militares da ativa.

49. O ingresso na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo dar-se na carreira de Praças ou na carreira de Oficiais, por meio de concurso público, destinado ao provimento dos quadros combatente, músico e de saúde, mediante incorporação, matrícula ou nomeação na graduação ou posto inicial de cada carreira. Mediante essa assertiva, podemos considerar, nos termos do Estatuto dos Policiais Militares do Espírito Santo que

- A)** Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou permissão para dirigir automóvel, no mínimo na categoria “B”, podendo ser cumulada com a categoria “D”, se assim previsto no edital do concurso.
- B)** dar-se-á, unicamente, o concurso público para ingresso na PMES por meio de provas.
- C)** é necessário ser brasileiro para o quadro de Oficiais.
- D)** terão caráter classificatório e eliminatório, o Exame Intelectual e as demais etapas previstas no Estatuto
- E)** Considera-se como etapa do processo seletivo o período destinado ao curso de formação ou adaptação, o qual deverá ser concluído com êxito para a efetivação do ingresso nos quadros da instituição.

50. As proposições abaixo, foram extraídas da Lei nº 2.701/1972 (e suas alterações) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo. Face ao exposto, marque a alternativa correta nos termos da lei citada.

- A)** O policial militar que, por sentença passada em julgado, for declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, não terá direito às gratificações que deixou de receber no período em que esteve afastado do serviço à disposição da Justiça.
- B)** Vencimentos correspondem ao quantitativo mensal em dinheiro devido ao policial militar em serviço ativo e compreendem o soldo e as gratificações.
- C)** O direito do policial militar ao soldo tem início na data do ato de promoção ou designação para o serviço ativo, para os Aspirantes a Oficial PM.
- D)** O direito ao soldo cessa na data em que o policial militar for desligado do serviço ativo em virtude de licença para exercer atividade ou função estranha à Secretaria de Segurança Pública, estiver em efetivo exercício de cargo público civil temporário e não eletivo, em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção.
- E)** Suspende-se temporariamente o direito do policial ao soldo em virtude de desligamento do serviço ativo por transferência para a inatividade.

51. As assertivas abaixo se referem ao tema cargo e função policiais militares na Polícia Militar do Espírito Santo. Assim sendo, marque a alternativa correta nos termos do Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores).

- A)** Dentro de uma mesma organização policial militar, a sequência de substituições para assumir cargo ou responder por funções, bem como as normas, atribuições e responsabilidades relativas são estabelecidas na legislação específica, sem necessidade de que sejam respeitadas a precedência e a qualificação exigida para o cargo ou para o exercício da função.
- B)** O Cargo policial militar é aquele exercido por policial militar em serviço. Esse cargo é o que se encontra especificado nos Quadros de Organização da Polícia Militar do Espírito Santo ou previsto, caracterizado ou definido como tal em outras disposições legais.
- C)** As obrigações inerentes ao cargo policial militar não precisam ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico ou definidas em legislação ou regulamentação específicas.
- D)** Consideram-se vagos os cargos policiais militares cujos ocupantes tenham falecido ou que tenham sido considerados extraviados, desertores ou excedentes.
- E)** O policial militar ocupante de cargo provido em caráter efetivo ou interino, de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Espírito Santo, faz jus às gratificações, mas não a outros direitos correspondentes ao cargo.

52. Os policiais militares do Estado do Espírito Santo (PMES) possuem direitos e prerrogativas expressos no Estatuto daquela Corporação (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores). Resta claro que direitos e prerrogativas diferem entre si, tanto que há um capítulo dedicado aos Direitos e outro dedicado às Prerrogativas. Assim sendo, marque a alternativa que contém apenas direitos dos policiais militares expressos no Estatuto da PMES.

- A)** Ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação. Constituição de pensão do policial militar. Honras, tratamento e sinais de respeito que lhes sejam assegurados em leis e regulamentos.
- B)** Percepção de remuneração, demissão e licenciamento voluntários, cumprimento de pena de prisão ou detenção em organização policial militar da própria Corporação cujo comandante chefe ou diretor tenha precedência hierárquica sobre o punido
- C)** Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.
- D)** Férias, afastamentos temporários de serviço e as licenças, bem como julgamento em foro especial, nos crimes militares.
- E)** Estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais anos de efetivo serviço. Uso de título, uniformes, distintivos, insígnias emblemas da Polícia Militar correspondente no posto ou graduação

53. O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

- A)** O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.
- B)** O Tribunal de Justiça Militar do Estado do Espírito Santo é competente para processar e julgar os policiais militares nos crimes definidos em lei como militares.
- C)** As disposições estabelecidas no Código Penal Militar são totalmente aplicáveis aos policiais militares.
- D)** O Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais (CEDME) terá por finalidade definir, especificar e classificar os crimes militares e as infrações disciplinares e instituir normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como estabelecer os processos e procedimentos administrativos disciplinares e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares.
- E)** Militares Estaduais são os membros da Polícia Militar (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMES) do Estado do Espírito Santo.

54. O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196/1978 e alterações posteriores) elenca um rol de manifestações essenciais do valor policial militar bem como um rol de preceitos de ética policial militar. O Sargento PM Aurélio estava digitando esses valores e esses preceitos, contudo acabou por embaralhar uns com os outros, como se vê nas assertivas abaixo. Assim sendo, marque a alternativa que contém apenas manifestações essenciais do valor policial militar, segundo o dito estatuto.

- A)** Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial militar, o civismo e o culto das tradições históricas.
- B)** O patriotismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.
- C)** Praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; a fé na missão elevada da Polícia Militar.
- D)** O amor à profissão de policial militar e o entusiasmo com que é exercida e o aprimoramento técnico-profissional.
- E)** O espírito de corpo, orgulho do policial militar pela organização onde serve, bem como cumprir seus deveres de cidadão.

55. A modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo, se encontra prevista na Lei Complementar nº 420/2007 e suas alterações posteriores. Dito isso, marque a alternativa correta, nos termos da dita lei.

- A)** A progressão vertical é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior, dentro do mesmo posto ou graduação.
- B)** A Lei Complementar nº 420/2007, instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo em observância ao disposto no parágrafo 9º, do artigo 144, da Constituição do Estado do Espírito Santo.
- C)** O subsídio dos militares estaduais será fixado por lei, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação ou outra espécie remuneratória, inclusive as parcelas de caráter eventual, relativas a serviço extraordinário e a função gratificada de chefia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 39, da Constituição Federal de 1988.
- D)** Suspende-se definitivamente o direito do militar estadual ao subsídio quando em licença para tratar de interesse particular.
- E)** O militar estadual em estado de deserção tem o direito ao subsídio suspenso temporariamente.

56. Acerca do desaparecimento, extravio, desligamento ou exclusão do serviço ativo, tempo de serviço, recompensas e dispensas do serviço, disposições finais e transitórias, tudo previsto no Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), marque a alternativa correta.

- A)** A data limite estabelecida para final da contagem dos anos de serviço para fins de passagem para a inatividade será a do desligamento do serviço ativo.
- B)** É considerado extraviado o policial militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais militares ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias.
- C)** O tempo que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família será computado como “Anos de Serviço”.
- D)** As dispensas de serviço são autorizações concedidas aos policiais militares para afastamento parcial do serviço em caráter temporário.
- E)** São adotados na Polícia Militar do Espírito Santo, em matéria regulada na legislação estadual, as leis e regulamentos em vigor no Exército Brasileiro no que lhe for pertinente.

57. Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.

- A)** O policial militar no exterior, em licença para aperfeiçoar conhecimentos técnicos ou realizar estudos por conta própria, perceberá, mensalmente, além dos vencimentos, indenizações e outros direitos correspondentes ao seu posto ou graduação, à ajuda de custo devida ao policial militar em cursos e ainda a uma “Representação Especial”.
- B)** Salário-Família é o auxílio em dinheiro, tributável, pago mensalmente ao policial militar, para custear, em parte, as despesas com a educação e assistência a seus filhos, esposa e outros dependentes.
- C)** Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada.
- D)** O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra tem direito à alimentação por conta do Estado.
- E)** O Auxílio Funeral é o quantitativo em dinheiro concedido para custear as despesas com o sepultamento do policial militar e equivale a três vezes o valor do soldo do policial militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de Cabo PM.

58. “Art. 75 - A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu Quadro, nela permanecendo sem número”.

(ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 3.196/1978. PMES, 1978)

Por força do artigo citado, o Maj PM Maximus se encontra agregado. Nessa situação hipotética, marque a alternativa correta, levando-se em consideração a agregação, a reversão e a situação de excedente, nos termos do Estatuto da PMES (Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores).

- A)** Na situação de excedente, é considerado como em efetivo serviço para todos os efeitos e concorre, respeitados os requisitos legais, em igualdade de condições e sem nenhuma restrição, a qualquer cargo policial militar, exceto quanto à promoção.
- B)** A agregação se faz por ato de competência exclusiva do Governador do Estado.
- C)** O policial militar agregado ficará adido, para efeito de alterações e remuneração, à Organização Policial Militar que lhe for designada, continuando a figurar no respectivo registro, sem número, no lugar que até então ocupava, com a abreviatura “Ag” e anotações esclarecedoras de sua situação
- D)** Ocorrerá a Reversão do Maj PM Maximus quando ele retornar ao respectivo Quadro, tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, contudo, sem voltar a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica na primeira vaga que ocorrer.
- E)** Após a Reversão do policial militar é inaplicável o instituto do Excedente, ainda que incida em alguma de suas situações previstas no Estatuto referente a essa situação.

59. A Comissão de Promoções dos Quadros de Oficiais de Administração - CPQOA estava realizando o somatório de pontos do 1º Tenente QOA Abreu, especificamente na Avaliação de Títulos e Desempenho Profissional – ATDP, que consiste na valoração dos aspectos pessoais, morais, acadêmicos e profissionais dos militares estaduais. Assim sendo, verificou que ele possuía: a) diploma em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido por órgão federal competente; b) Medalha “Valor Policial Militar” na cor prata. Nessa situação hipotética, marque a alternativa que contém o correto somatório dos pontos referente ao diploma e a medalha citadas, nos termos da Lei Complementar nº 911/2019.

- A)** 6,5 (seis pontos e meio).
- B)** 2,5 (dois pontos e meio).
- C)** 3,5 (três pontos e meio).
- D)** 4,5 (quatro pontos e meio).
- E)** 5,5 (cinco pontos e meio).

60. Tendo por fundamento a Lei Complementar nº 420/2007, que instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo, Marque a alternativa correta.

- A)** O tempo de serviço averbado, nos termos da legislação vigente, é computado para a passagem para a inatividade, podendo, inclusive ser utilizado para fins de progressão horizontal.
- B)** A progressão horizontal é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior, dentro do mesmo posto ou graduação, e dar-se-á nos interstícios previstos na lei complementar nº 420/2007 e suas alterações.
- C)** Será computado no tempo de interstício para progressão horizontal, o tempo passado como desertor ou passado em licença para tratar de interesse particular.
- D)** O militar remunerado pela modalidade de subsídio, declarado por Junta Militar de Saúde, incapaz definitivamente para o serviço policial militar ou bombeiro militar, será reformado “a pedido”.
- E)** Ficou assegurado ao militar da ativa, incorporado até a data de publicação da Lei Complementar nº 420/2007, o direito de optar, a qualquer momento e de forma retratável, pela modalidade de remuneração por subsídio.

61. Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta.

- A)** É permitido ao policial militar outorgar procuração para recebimento de seus vencimentos, indenizações e outros direitos, mediante solicitação ao Governador.
- B)** Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.
- C)** Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data da sentença passada em julgado, para o Oficial PM, por crime que o prive do posto ou patente; e, para o Praça PM, por crime que implique na sua exclusão ou expulsão da Polícia Militar.
- D)** O soldo constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o policial militar na inatividade sendo seu valor igual ao estabelecido para o soldo do policial militar da ativa de mesmo posto ou graduação.
- E)** O Subtenente PM quando transferido para a inatividade terá o cálculo dos seus proventos referido ao soldo do Posto de Segundo Tenente PM, desde que conte 30 (trinta) anos de serviço.

62. “Os quadros de acesso serão organizados separadamente para as promoções pelos critérios de antiguidade e merecimento, devendo ser encaminhados aos Comandantes Gerais das respectivas Corporações para publicação em boletim”.

(Art. 24 da Lei Complementar nº 911/2019)

Nessa esteira, marque a alternativa correta acerca da promoção na PMES.

- A)** O militar estadual que se encontra em gozo de licença para tratar de interesse particular, será excluído dos quadros de acesso, a qualquer tempo.
- B)** Os quadros de acesso para promoção a Cabo serão limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do efetivo previsto para graduação de soldado, observadas as qualificações.
- C)** A confecção do Quadro de Acesso Extraordinário adotará as mesmas regras utilizadas na confecção do Quadro de Acesso, observado, porém, para o quadro de acesso a Cabo, o limite de 15% (quinze por cento) do efetivo previsto na graduação de Soldado.
- D)** O quadro de acesso por merecimento será organizado dentre os militares que integram o quadro de acesso por merecimento intelectual, posicionando-os em ordem decrescente de pontos aferidos na forma prevista na Lei Complementar nº 911/2019.
- E)** Havendo igualdade, no somatório dos pontos para a composição do quadro de acesso por merecimento, prevalecerá o merecimento intelectual, nos termos da Lei Complementar nº 911/2019.

63. A Lei Complementar nº 911/2019 estabelece os princípios, os requisitos e as condições básicas que regulam o ingresso e as promoções das Praças e dos Oficiais dos quadros de Oficiais de Administração da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – PMES e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo – CBMES. Com base nessa lei, marque a alternativa correta.

- A)** A promoção por incapacidade definitiva é aquela que visa expressar o reconhecimento do Estado à Praça ou ao Oficial lesionado gravemente no cumprimento do dever ou em consequência disto, independentemente de outros requisitos previstos na LC nº 911/2019.
- B)** Para ser incluído nos quadros de acesso e para a promoção ao posto de 2º Tenente do QOA, uma das condições previstas na LC nº 911/2019 é a de que o Subtenente deverá possuir diploma de conclusão de curso superior, reconhecido por órgão estadual competente.
- C)** É vedada aos oficiais do QOA a transferência para qualquer outro quadro da PMES ou do CBMES, bem como a matrícula em Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.
- D)** Para a promoção por antiguidade e por merecimento é dispensável que o militar estadual esteja incluído no quadro de acesso correspondente, ainda que a referida inclusão possa se dar em data posterior ao surgimento da vaga.
- E)** Quando o militar estadual recupera a capacidade para o trabalho, perdida temporariamente em decorrência de acidente de serviço, por gravidez ou licença maternidade e, em função desses fatos, teve sobrestado o seu direito à promoção, temos uma das situações legais que não permite a promoção por ressarcimento de preterição.

64. “A PMES compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado, subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos da legislação estadual em vigor, atuando de forma integrada com os demais órgãos do sistema e em parceria com órgãos públicos, privados e a comunidade, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades” (Art. 2º da LC nº 533/2009). Sua organização básica se encontra definida na citada lei complementar. Assim sendo, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o texto legal em questão.

- A)** Compete ao Governador do Estado a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção geral, setorial e de execução, de acordo com a organização básica e dentro dos limites de efetivo fixados na Lei Complementar nº 533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES.
- B)** O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação.
- C)** Planejar, organizar, dirigir, supervisionar, coordenar, controlar e executar as ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública é atribuição do Comandante-Geral da corporação.
- D)** Celebrar convênios e contratos de interesse da Polícia Militar com entidades de direito público ou privado, respeitada a legislação afim, é uma atribuição do Subcomandante Geral, expressa em lei.
- E)** As diretorias são órgãos de direção setorial e se destinam ao planejamento, coordenação, controle e execução da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, por meio de diretrizes ou ordens emanadas dos órgãos de direção geral.

65. Cabo Bravus se encontrava de serviço e ao atender uma ocorrência de assalto a banco veio a falecer, vítima de disparo de arma de fogo por parte dos assaltantes. Nessa situação hipotética assinale a opção verdadeira nos termos da Lei Complementar nº 911/2019 e suas alterações posteriores.

- A)** O extinto não terá direito a promoção vez que a morte decorreu do cumprimento do seu dever, o qual jurou cumprir através do compromisso de honra.
- B)** O extinto terá direito a promoção por merecimento precedida de apuração das circunstâncias do fato, por meio de procedimento próprio regulado pelas respectivas Instituições Militares Estaduais, e ocorrerá após a expedição de parecer pela Junta Militar de Saúde (JMS), quando for necessário.
- C)** O extinto terá direito a promoção *post mortem* desde que haja vaga e ele esteja incluído no Quadro de Acesso por proposta do Comandante Geral ao Governador do Estado, e ocorrerá após a expedição de parecer pela Junta Militar de Saúde (JMS), quando for necessário.
- D)** O extinto será promovido *post mortem*, contudo deverá ser precedida de apuração das circunstâncias do fato, por meio de procedimento próprio regulado pelas respectivas Instituições Militares Estaduais, e ocorrerá após a expedição de parecer pela Junta Militar de Saúde (JMS), quando for necessário.
- E)** A promoção *post mortem* será efetivada por proposta do Comandante imediato do militar ao Comandante Geral, mediante processo regular pelas respectivas Instituições Militares Estaduais, e ocorrerá após a expedição de parecer pela Junta Militar de Saúde (JMS), quando for necessário.

66. As proposições abaixo se referem a regulamentação da organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, baixadas pelo Decreto nº 4970-R, de 27/09/2021. Leia atentamente e marque a opção correta, nos termos da dita legislação.

- A)** À Diretoria de Logística (DLog) compete a gestão de logística da Corporação e a gestão da frota da Corporação através do planejamento, direção, organização e controle, bem como da padronização dos veículos terrestres e embarcações, monitoramento da capacitação e habilitação dos condutores da frota, além de garantir a eficácia das políticas do Comando Geral no âmbito institucional.
- B)** O Estado Maior é um colegiado-consultivo composto pelos Coronéis da ativa da Corporação, a ser convocado pelo Comandante Geral ou seu substituto, para assessorá-lo em assuntos estratégicos e de alta relevância institucional.
- C)** As Unidades Operacionais subordinam-se operacionalmente aos Comandos de Polícia Ostensiva, e, administrativamente, às Diretorias.
- D)** Organização Militar Estadual (OME): denominação genérica dada ao corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou a qualquer outra unidade administrativa ou operacional da Polícia Militar do Espírito Santo.
- E)** A Ajudância Geral (Aj. Geral) possui as funções de assessoramento indireto do Comando Geral, atuando na secretaria e no apoio administrativo do Quartel do Comando Geral (QCG).

67. O Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo (LC nº 962/2020) classifica as transgressões disciplinares em leves, médias e graves. Nesses termos, marque a alternativa cuja transgressão é classificada como grave conforme o referido código.

- A)** Dirigir-se à autoridade civil sem autorização do seu comandante ou chefe imediato para tratar de assunto de serviço ou de interesse da Corporação.
- B)** Portar-se de modo inconveniente durante eventos cívico-militares, instruções, formaturas, solenidades ou representações.
- C)** Causar lesão ao erário, culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da Administração Pública.
- D)** Não ter o devido zelo com qualquer material pertencente à Fazenda Pública.
- E)** Discutir ou provocar discussões, por qualquer meio, sobre assuntos de segurança pública e defesa social, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado.

68. O Cabo PM Carvalho submeteu-se a inspeção toxicológica sendo considerado inapto. Nessa situação hipotética, e nos termos do Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais da PMES, essa transgressão é passível apuração através de espécie de processo administrativo disciplinar, denominado

- A)** Sindicância Correccional.
- B)** Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumaríssimo (PAD-RSS).
- C)** Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário (PAD-RS).
- D)** Transação Administrativa Disciplinar.
- E)** Processo Administrativo Disciplinar Demissionário, cabível.

69. Capitão PM Francisco, do serviço ativo, foi submetido a Conselho de Justificação, e ao final foi-lhe aplicada sanção disciplinar de 10 (dez) dias de suspensão. Nessa situação hipotética, e tendo por fundamento o Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo, marque a alternativa correta.

- A)** Esgotados os recursos previstos no Código de Ética e Disciplina da PMES, o Capitão PM Francisco terá o prazo de até 30 (trinta) dias para juntar aos autos, a comprovação do recolhimento da multa prevista no CEDPM.
- B)** Os dias não trabalhados, decorrentes do cumprimento de sanção disciplinar de suspensão, serão computados na contagem de tempo de serviço.
- C)** O oficial punido será afastado do serviço, sem o recebimento de remuneração, enquanto durar o seu afastamento.
- D)** Se houver requerimento do Oficial acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço.
- E)** Independentemente de requerimento do Oficial acusado, a sanção disciplinar de suspensão será obrigatoriamente convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, devendo ser recolhida em até 30 (trinta) dias, após a publicação.

70. O Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais (CEDME) tem por finalidade definir, especificar e classificar as infrações disciplinares, instituir normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem como estabelecer os processos e procedimentos administrativos disciplinares e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares. Assim sendo, marque a alternativa correta.

- A)** A transação administrativa disciplinar será instaurada para apurar a conduta dos militares quando a transgressão disciplinar for classificada como média ou grave.
- B)** A Investigação Preliminar Sumária (IPS) é um procedimento inquisitivo e sigiloso de apuração instaurado por autoridade competente, visando apurar notícias de crimes ou infrações disciplinares envolvendo militares estaduais, de caráter anônimo ou quando não há elementos suficientes para a instauração de inquérito policial militar, sindicância correcional ou processo administrativo disciplinar.
- C)** As denúncias (anônimas ou não), sobre infrações disciplinares serão objeto de apuração por meio de procedimento administrativo, desde que contenham a identificação, assinatura e endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, presencialmente ou por meio eletrônico, confirmada a autenticidade.
- D)** A Sindicância Correcional é um procedimento administrativo, sumário de natureza inquisitorial, sigiloso, instaurado por autoridade competente, com a finalidade de apurar denúncia anônima sobre a existência de fatos irregulares na administração pública, bem como determinar seus responsáveis.
- E)** O Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumaríssimo (PAD-RSS) é o acordo firmado entre o autor da transgressão da disciplina e a autoridade que possui competência para aplicar as sanções, através da qual o autor se submete ao cumprimento de determinada medida para se evitar a aplicação das sanções disciplinares decorrentes de processo administrativo disciplinar.

CONHECIMENTO JURÍDICO

71. Tomando por base exclusivamente as premissas insculpidas no art. 1º da Constituição Federal, é possível afirmar que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

- A)** a dignidade da pessoa humana, a defesa da família e dos bons costumes, o enfrentamento à criminalidade a soberania e liberdade individual.
- B)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- C)** a soberania, a isonomia, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a liberdade individual.
- D)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a não submissão a tortura, a promoção da livre iniciativa e a singularização política.
- E)** a inviolabilidade de crença, o acesso à informação, a liberdade de associação e a dignidade da pessoa humana.

72. Em se tratando das relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se por uma série de princípios descritos em seu art. 4º. Assinale a alternativa que representa os princípios mencionados no referido artigo.

- A)** Igualdade entre os estados, defesa da paz, concessão de asilo político e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- B)** Defesa da paz, igualdade entre os estados, cooperação entre os povos para o progresso da industrial e concessão de asilo político.
- C)** Igualdade entre os estados, não-intervenção, repúdio ao terrorismo e ao racismo, prevalência dos direitos dos animais.
- D)** Concessão de asilo político, cooperação entre os povos para o progresso da industrial e, não-intervenção.
- E)** Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, defesa da paz, igualdade entre os estados, repúdio ao terrorismo e ao racismo, prevalência dos direitos dos animais.

73. No que tange à organização político-administrativa do Estado, assinale a afirmativa correta.

- A)** Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei Ordinária, aprovada por 1/3 das duas casas do Congresso.
- B)** Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em Emendas Constitucionais.
- C)** Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- D)** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- E)** É vedado, desde a promulgação da Magna Carta em 1988, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

74. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar Estado de Defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Assim, é possível afirmar que o decreto que institui o Estado de Defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, diversas medidas coercitivas, expostas, adequadamente, em uma das alternativas a seguir.

- A)** Julgamento sumário das ações ordinárias propostas anteriormente ao Estado de Defesa, nos termos do art. 136 da Constituição Federal e; restrições de direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação.
- B)** Restrições de direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação e execução sumária de opositores.
- C)** Julgamento sumário das ações ordinárias propostas anteriormente ao Estado de Defesa, nos termos do art. 136 da Constituição Federal e restrições de direito de reunião, excetuada as realizadas no seio das associações.
- D)** Ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos e; alistamento e convocação obrigatória de integrantes do sistema carcerário pertencentes às reservas do Exército.
- E)** Restrições de direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação e; ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

75. Assinale a alternativa que contém apenas atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme previsão expressa do art. 49 da Constituição Federal.

- A)** Fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e; proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- B)** Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional e autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-presidente da República e os Ministros de Estado.
- C)** Autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar e sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- D)** Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-presidente da República e os Ministros de Estado e sustar os atos normativos do Poder Legislativo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- E)** Sustar os atos normativos do Poder Legislativo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa e fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

76. Ao tratarmos da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Com isso, assinale a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

- A)** Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, independente da previsão expressa no instrumento, tenha obrigação de vigilância.
- B)** O cidadão que deixa de comunicar delito que presenciou ou tomou conhecimento.
- C)** Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.
- D)** O sujeito que, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- E)** O sujeito que, devido a detenção de conhecimento técnico, tenha plena capacidade de apontar o risco da ocorrência do resultado.

77. Com base nos critérios de aplicação da Lei Penal previstos no Código Penal Brasileiro, no que tange a extraterritorialidade, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, dentre outros, o(s) crime(s)

- A)** que, por tratado ou convenção, obriga-se a reprimir, mesmo que o Brasil não seja signatário do referido tratado.
- B)** contra o patrimônio de instituições financeiras, mesmo que o agente tenha sido perdoado no estrangeiro.
- C)** contra a vida ou a liberdade de Senadores, mesmo que o agente não entre no território nacional.
- D)** contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública e sociedade de economia mista, excetuadas as autarquias ante a sua personalidade jurídica própria.
- E)** contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

78. O Código Penal, em seu título III, traz definições relativas a imputabilidade penal. Levando em conta as premissas ali contidas, é possível afirmar que

- A)** não é isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B)** os menores de 18 (dezoito) anos não são penalmente inimputáveis, até porque, são sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- C)** a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
- D)** a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- E)** o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, deve ter sua pena reduzida um a dois terços.

79. Segundo Código Penal, a sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para

- A)** aplicação de medidas administrativas, excetuadas a sujeição de medida de segurança.
- B)** obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.
- C)** obrigar o sentenciado à prestação de serviços à comunidade, desde que realizados nas dependências de órgão público.
- D)** atenuar os efeitos de sentença estrangeira mais gravosa, cujos efeitos extrapolem as medidas previstas no código penal brasileiro.
- E)** iniciar a abertura de procedimento de extradição, quando o delito for cometido por cidadão brasileiro em face de ato de governo estrangeiro.

80. Ao crime de homicídio simples, previsto no artigo 121 do Código Penal, é cominada a pena de seis a vinte de anos de reclusão, porém, o mesmo artigo prevê hipótese de diminuição da pena de um sexto a um terço. A situação que se amolda a tal redutora é observada

- A)** quando o delito for cometido por servidor público.
- B)** quando o delito for cometido por motivo torpe.
- C)** se o agente for impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- D)** no caso de o delito ser cometido por pessoa com idade inferior a 30 anos.
- E)** na hipótese de o delito ter sido cometido contra outro criminoso.

81. O crimes contra a vida, descritos no Código Penal, tem o condão de proteger o bem mais precioso do cidadão, ou seja, sua própria existência. Visando ampliar a mencionada proteção, o legislador cuidou de acrescentar qualificadores no crime de homicídio, podendo, desta forma, ser considerado homicídio qualificado aquele cometido

- A)** com o emprego de arma fogo de uso restrito ou proibido.
- B)** com o emprego de lâmina superior a 12 cm.
- C)** com o emprego de veneno, desde que haja alerta específico nas normas da Anvisa acerca da substância utilizada.
- D)** para assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de qualquer das contravenções previstas no Decreto-lei nº 3.688/1941 - Lei das contravenções penais.
- E)** mediante o pagamento ou promessa de recompensa, desde que o valor oferecido tenha sido efetivamente pago e ultrapasse 3 salários mínimos vigente à época do fato.

82. O Código Penal prevê de forma expressa as hipóteses de extinção da punibilidade do sujeito, apresentadas por meio de hipóteses, em uma das alternativas a seguir.

- A)** Pela renúncia do direito de queixa nos crimes de ação pública.
- B)** Prescrição, decadência ou preempção.
- C)** O perdão da vítima nos crimes de ação penal pública.
- D)** Retratação do agente, nos crimes contra o patrimônio.
- E)** Anistia concedida por autoridade municipal.

83. O Pronto Socorro de um determinado hospital recebe uma mulher, inconsciente e gestante, chamada Sueli, decorrente de acidente de trânsito. Ela estava embriagada no momento da colisão. Durante o atendimento, a equipe médica entende que não há outra forma de salvá-la, a menos que provoquem um aborto. Doutor Osório é o médico responsável pela difícil decisão de promover o aborto e garantir a sobrevivência de Sueli, o que, de fato, foi realizado. Tomando por base esta premissa, assinale a afirmativa correta.

- A)** Por não ter buscado autorização da gestante, Doutor Osório praticou a conduta descrita no art. 121 do Código Penal, ou seja, o crime de Homicídio Simples.
- B)** Doutor Osório cometeu o crime de aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante, na forma do art. 125 do Código Penal.
- C)** Como Sueli estaria embriagada no momento do acidente e assumiu o risco do resultado, a situação se amolda no delito de infanticídio.
- D)** Como Sueli estaria embriagada no momento do acidente, não haveria vício de consentimento na conduta, razão pela qual, a situação poderia ser tipificada como aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, na forma do art. 126 do Código Penal.
- E)** A conduta de Doutor Osório é compatível com o aborto necessário, não sendo a conduta punida, tendo em vista que não há outro meio de salvar a vida da gestante.

84. No que tange às disposições do Código de Processo, principalmente com relação a ação penal, assinale a alternativa correta.

- A)** Nos crimes de ação privada, esta será promovida por denúncia da Autoridade Policial, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B)** Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- C)** A representação será irretratável se sua retratação não for requerida no prazo de prescricional de 6 meses do recebimento da denúncia.
- D)** A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pelo Ministério Público.
- E)** A representação será irretratável se sua retratação não for requerida no prazo de prescricional de 18 meses do recebimento da denúncia.

85. Em se tratando do crime de furto, é possível afirmar que

- A)** não é possível promover furto de energia elétrica, posto que apenas coisas alheias móveis podem ser objeto do delito.
- B)** a pena é aplicada em dobro se o crime é praticado durante o repouso noturno.
- C)** se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- D)** a legislação prevê, como hipótese de diminuição da pena, a chamada “divisão de responsabilidade”, ou seja, se o delito é praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas, a pena pode ser reduzida em um terço até metade.
- E)** a utilização de chave falsa para a execução do delito de furto é uma das hipóteses de aumento de pena do furto simples, sendo tipificada a conduta como furto qualificado apenas se a chave utilizada for do tipo “mestra”.

86. No que concerne à prisão flagrante, tomando por base as normativas do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A)** A falta de testemunhas da infração impede o auto de prisão em flagrante.
- B)** Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, no prazo de até 72 horas, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- C)** Não há flagrante delito até que o delito seja consumado, ao passo que não é possível o flagrante de delito na modalidade tentada.
- D)** Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharão e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial.
- E)** Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

87. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa é a exata tipificação, dentre as alternativas a seguir, do delito denominado como

- A)** extorsão.
- B)** roubo qualificado.
- C)** extorsão mediante sequestro.
- D)** extorsão indireta.
- E)** usurpação de patrimônio mediante ameaça.

88. Aos crimes praticados na direção de veículo, previstos no Código de Trânsito Brasileiro, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, desde que o Código de Trânsito na preveja de modo diverso. Quanto a suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor, podemos afirmar que

- A)** a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
- B)** a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor se inicia, mesmo enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional, desde que a decisão seja irrecorrível.
- C)** a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta cumulativamente com outras penalidades, sob pena de ocorrência de “*bis in idem*”.
- D)** a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois a cinco anos, mais multa.
- E)** quando transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em 30 dias, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.

89. O Código Penal Militar é didático ao definir: quem de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas. A situação descrita é o chamado concurso de agentes, onde as penas cominadas para cada um dos infratores não são idênticas. Assim, a pena é agravada em relação ao agente que:

- I. Promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- II. Coage outrem à execução material do crime.
- III. Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.
- IV. Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

Das premissas listadas,

- A)** I, II, III e IV estão corretas.
- B)** somente I e II estão corretas.
- C)** somente II e III estão corretas.
- D)** somente I, II e III estão corretas.
- E)** somente I, II e IV estão corretas.

90. Em se tratando dos delitos previstos no Código Penal Militar devemos observar as situações em que o sujeito comete o delito em obediência hierárquica. Assim, podemos afirmar que

- A)** caso o delito seja cometido em obediência hierárquica, a pena é reduzida de um a dois terços, não dispensando a aplicação da multa.
- B)** se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior.
- C)** é considerado culpado aquele que comete o crime, mesmo que em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços.
- D)** o autor da ordem responderá pelo crime na forma simples, com aplicação de agravante da pena por ser ele o mandatário, ainda que não manifestamente criminoso.
- E)** apenas o executor da ordem responderá pelo crime, posto que não deveria seguir ordens de cunho criminoso.

91. Com base nas premissas contidas no Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826/2003), o sujeito que queira adquirir arma de fogo de uso permitido deve, além de declarar a efetiva necessidade, atender a uma série de requisitos. Assinale a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido.

- A)** Comprovação de idoneidade com apresentação de certidões que demonstrem não ter sido condenado, com transito em julgado, por qualquer crime, não podendo ser requeridas informações a respeito de inquéritos policiais ou processos criminais que não tenham transitado em julgado.
- B)** Comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal e, no caso de pessoa do sexo masculino, apresentação da carteira de reservista, demonstrando o efetivo treinamento para manuseio da arma de fogo de uso restrito
- C)** Comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.
- D)** Comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas por escola de tiro devidamente registrada no órgão municipal competente para realização da avaliação técnica.
- E)** No caso de pessoa do sexo masculino, apresentação da carteira de reservista, demonstrando o efetivo treinamento para manuseio da arma de fogo de uso restrito, requisito dispensável para requerentes do sexo feminino.

92. Ao tratar do Estatuto da Criança e do Adolescente, há uma série de medidas específicas de proteção aplicáveis aos menores, devendo levar em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Postas tais considerações, assinale a alternativa correta no que tange ao princípio apontado e sua explanação.

- A)** O Princípio da Proteção Integral e Prioritária define que havendo dúvida razoável no que tange a eventual Ato Infracional, a matéria deve ser interpretada em favor do infrator, posto que a proteção integral é indispensável neste caso.
- B)** O Princípio da Proteção Integral e Prioritária é didático ao definir que a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.
- C)** O Princípio da Intervenção Precoce prevê que a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.
- D)** O Princípio da Privacidade defende que a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.
- E)** O Princípio do *In Dubio Pro Societate* define que havendo dúvidas quanto a determinada matéria em um processo de Ato Infracional, as decisões devem pautar-se pela dúvida razoável, interpretando-se a lei favoravelmente à sociedade, em detrimento do infrator.

93. A Lei Federal nº 13.869, de 05 de setembro de 2019, define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído. O art. 2º da referida lei apresenta rol, não limitativo, de sujeitos do crime, apontando quais autoridades podem ser sujeitos ativos dessa espécie de crime. Tal listagem compreendem:

- I. Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas.
- II. Membros do Poder Legislativo.
- III. Membros do Poder Executivo.
- IV. Membros do Poder Judiciário.
- V. Membros do Ministério Público.
- VI. Membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Assinale a alternativa que representa os agentes que podem ser sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade.

- A)** Apenas os descritos em II e VI.
- B)** Os descritos em I, II, III, IV, V e VI.
- C)** Apenas os descritos em I.
- D)** Apenas os descritos em II, III, e IV.
- E)** Apenas os descritos em VI.

94. Assinale a alternativa que contém apenas as penas aplicadas a quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

- A)** Multa, admoestação verbal e acolhimento compulsório do usuário ou dependente de drogas em comunidade terapêutica acolhedora.
- B)** Advertência sobre os efeitos das drogas, medida educativa de comparecimento a curso profissionalizante.
- C)** Medida educativa de comparecimento a curso ou programa profissionalizante e acolhimento compulsório do usuário ou dependente de drogas em comunidade terapêutica acolhedora.
- D)** Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e prestação de serviços à comunidade.
- E)** Acolhimento compulsório do usuário ou dependente de drogas em comunidade terapêutica acolhedora e prestação de serviços à comunidade.

95. Tendo em vista as premissas da Lei Federal nº 9.455 de 7 de abril de 1997, constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental. Com isso, assinale a alternativa correta relativa ao delito de tortura.

- A)** Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
- B)** Constitui crime de tortura o ato de obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter vantagem, recompensa ou lucro.
- C)** Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão, independentemente de sua natureza.
- D)** Constitui crime de tortura o ato de empregar violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para outrem.
- E)** Constitui crime de tortura o ato de obrigar alguém a fazer alguma coisa, por meio de violência psicológica, desde que a intenção seja a obtenção de vantagem ou lucro.

INFORMÁTICA BÁSICA

96. Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é

- A)** juntamente com os demais, componente do sistema *Open Source*, podendo assim ser utilizado sem a necessidade de licenças.
- B)** da mesma categoria que os editores de texto e compiladores.
- C)** responsável pela interface entre o usuário e *hardware*, ficando o *software* a cargo dos compiladores.
- D)** todo controlado sobre o *software* e *hardware* agindo como uma interface entre o usuário e o sistema.
- E)** alocado na memória RAM por completo quando em execução, ele exerce todo o controle do *hardware*.

97. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador *Google*, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da *Web*.

- A)** Ao utilizar `related:estantevirtual.com`, todos os *sites* similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados.
- B)** Para buscar por conteúdo específico, devemos escrever o assunto buscado entre colchetes.
- C)** Se escrevermos no buscador: `google site:www.gov.br`. Todas as pesquisas ignorarão esse domínio.
- D)** O uso de hífen, “-”, inclui palavras-chaves na busca. Por exemplo: se você digitar `cavalo de troia -grécia`, os resultados vão automaticamente incluir os resultados que envolvam a figura histórica.
- E)** O asterisco funciona como um recurso coringa nas buscas, ou seja, ao incluí-lo em uma pesquisa, o navegador em questão o substitui por qualquer letra.




98. Sobre a lixeira, aplicativo do Sistema Operacional *Windows* utilizado para armazenar arquivos apagados, assinale a alternativa correta.

- A)** Todo arquivo apagado vai obrigatoriamente para a lixeira do referido sistema operacional, sendo esse um procedimento imutável.
- B)** Seu tamanho fixo é imutável através do próprio aplicativo, mas não através de comandos executados no terminal.
- C)** Sua armazenagem inclui arquivos do tipo texto e todos os demais, inclusive binários.
- D)** Uma vez na lixeira os arquivos só podem ser recuperados após 48 horas.
- E)** A lixeira apresenta o local de origem dos arquivos apagados quando aberta e em exibição, por até 24h.

99. Sobre a ferramenta de correio eletrônico, uma das primeiras e ainda importantes ferramentas de comunicação e troca de mensagens da *Internet*, assinale a alternativa correta.

- A) O campo “assunto” leva os endereços dos demais usuários que receberam a mesma mensagem, e permite ao remetente digitar um texto indicando do que trata a mensagem enviada.
- B) Seu endereço eletrônico funciona como uma “caixa postal” virtual para o usuário, contendo o formato: protocolo.domínio. Por exemplo: www.josemaria.adv.com.br.
- C) É uma ferramenta do tipo síncrona, que exige que os usuários estejam *on-line* no mesmo instante para que a troca de mensagens possa ocorrer.
- D) As mensagens enviadas devem estar no formato de texto simples, pois os protocolos de *e-mail* não suportam mídia que não seja texto.
- E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

100. As tabelas são uma maneira bastante prática de organizar os dados em um texto no *Microsoft Word* 2010. Quanto a formatação de tabelas, é correto afirmar que

- A) para navegar entre as células de uma tabela, no programa citado anteriormente, devemos utilizar a tecla .
- B) as larguras das colunas podem ser fixadas utilizando-se o *mouse* para arrastar sua borda para o tamanho desejado.
- C) ao posicionar o cursor na última célula da última coluna de uma tabela e pressionar a tecla  gera uma nova coluna.
- D) a maneira adequada de inserir uma coluna é selecionando a coluna mais à direita e pressionando a tecla .
- E) as células de uma tabela podem conter textos com fontes de tamanho no máximo de 14 pontos.